

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA REVISTA VEJA

Do assistencialismo à emancipação¹

José Luiz Aidar Prado²

Andréia Moassab³

Resumo: *Esse texto discute aspectos do Programa Bolsa Família ligados à superação das desigualdades socioeconômicas na confluência entre mundo vivido e instâncias sistêmicas da sociedade da comunicação. A mídia semanal afirma que o programa é assistencialista. Examinaremos reportagens de Veja de 2005 e 2006 sobre o programa. Nossa questão assim se coloca: como a população pode tornar o PBF emancipatório por meio da criação de novas sociabilidades? O PBF suporta em seu corte burocrático a expressão de efeitos de multidão (plurilinguísticos) que criem efeitos emancipatórios para além da transferência de renda (empoderamento, melhoria do estado de bem-estar, etc)? Como enfrentar o paradoxo de que ao colocar suas demandas de modo participativo e sistêmico, podem perder-se os efeitos de multidão vindos do mundo da vida?*

Palavras-Chave: *programa Bolsa Família, assistencialismo, empoderamento, emancipação, sociedades da comunicação.*

Introdução⁴

No âmbito do projeto “A invenção do Outro na mídia semanal”, temos estudado a construção da ‘miséria’ e da ‘desigualdade social’ pela mídia semanal, temáticas bastante ligadas ao Programa Bolsa Família (PBF). Ao nos aproximarmos do programa, percebemos uma dissonância com as informações veiculadas pela mídia, especialmente no que tange ao tema emancipação versus assistencialismo. Neste sentido, examinaremos como estes temas estão enunciados na mídia, trazendo para reflexão a possibilidade de haver no programa uma abertura para a sua apropriação pela multidão com vistas à emancipação.

Ao tematizar a multidão vários autores contemporâneos como Negri e Hardt (2005), Lazzarato (2006) e Virno (2004) discutem as resistências sociais a partir das singularidades

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Comunicação e sociabilidade”, do XVI Encontro da Compós, na UTP, em Curitiba, PR, em junho de 2007.

² Professor doutor do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Semiótica da PUCC-SP, autor de *Brecha da comunicação*, co-autor de *Zizek crítico, Lugar global lugar nenhum*, entre outros, e coordenador do Grupo de Estudos em Mídia Impressa, que realiza a pesquisa “A invenção do Outro na mídia semanal”, projeto apoiado pelo CNPq. zupra@terra.com.br.

³ Doutoranda em Comunicação e Semiótica, PUCSP, amoassab@ig.com.br.

⁴ Agradecemos a conversa com Nabil Kadri, técnico do MDS, em dezembro de 2006.

e não mais dos conjuntos unificados nos conceitos de ‘povo’, ‘público’ ou mesmo no conceito disfórico moderno de ‘massa’. Nessa direção, a multidão é entendida como conjunto de singularidades:

O pensamento da modernidade opera de maneira dupla sobre esta base: por um lado abstrai a multiplicidade das singularidades e a unifica de maneira transcendental no conceito de povo; por outro, dissolve o conjunto das singularidades (que constituem a multidão) em uma massa de indivíduos. O jusnaturalismo moderno [...] é sempre pensamento de transcendência da dissolução do plano de imanência. Em oposição, a teoria da multidão exige que os sujeitos falem livremente, e que não é de indivíduos proprietários que aqui se trata, mas de singularidades não-representáveis (NEGRI,2003,p.163).

A questão que se colocará é: como as singularidades cooperam na resistência? Como se dá essa cooperação sem medida, para além do valor centrado no trabalho mensurável? Como se constrói essa potência da multidão para além do processo de construção de valores na modernidade? Entendida como multiplicidade incomensurável, a multidão é aqui pensada como um universal concreto no mundo do novo capitalismo cognitivo ou imaterial, em que o valor, como diz Gorz (2005) está na produção do conhecimento. Deu-se, na segunda metade do século 20, um deslocamento da produção de valor das mercadorias, que na era fordista era calculado pelas horas de trabalho, para a comunicação das sociedades de controle (PRADO,2006; PRADO e CAZELOTO,2006), em que os produtos não valem mais somente pelo trabalho transformado em características técnicas e de utilidade, mas pela marca, pela inserção em um mapeamento de consumo social – ou seja, adquirem um valor semiótico primeiro. Lazzarato (2006) encara esse domínio da lógica comunicacional dentro de um novo território de luta nas sociedades de controle (DELEUZE,1992), caracterizado pela oposição entre máquinas de expressão e de comunicação:

A comunicação e a informação agem no interior da criação dos possíveis para reduzir as relações do acontecimento e suas bifurcações imprevisíveis, suas aberturas problemáticas – que se expressam nos enunciados e nos signos – a uma simples ‘transmissão de informação’, a uma mera ‘troca comunicacional’ [...] Trata-se de neutralizar o acontecimento, de domesticá-lo, de reduzir o imprevisível, o desconhecido da relação acontecimental (lingüística e expressiva) ao previsível, ao conhecido, ao hábito comunicacional. No território das máquinas de expressão, temos o conflito entre o processo constitutivo pensado a partir do acontecimento e o processo constitutivo pensado a partir do sujeito (LAZZARATO,2006,p.156).

Segundo essa teoria, o acontecimento é a ruptura da comunicação⁵. A máquina expressiva da multidão tem de colocar em prática o intelecto geral, ou seja, as forças

⁵ Sobre essa definição de acontecimento, v. Prado e Dunker (2005), Lazzarato (2006) e Badiou (1994).

expressivas linguageiras do mundo vivido (*Lebenswelt*), conceito fenomenológico que caracteriza um inconsciente pragmático, acervo de saberes cotidianos (não científicos) que constituem um *background* (pano de fundo) cultural e societal. O movimento da lógica sistêmica atual (partidos, empresas, governos) visa bombear o imaginário ligado a essas formas pragmáticas do mundo vivido para alimentar o grande sistema semiótico (ou simbólico) que faz girar o capital (cf PRADO e CAZELOTO, 2006).

A opinião pública, a criação do sensível, tal como são geridas pelas mídias nas sociedades capitalistas, se juntam a essa potência infinitesimal de formação e transformação de desejos e crenças, para roubar-lhes toda virtualidade, para transformá-la em um instrumento de imposição do monolinguismo [...] que neutraliza qualquer potência de co-criação e de co-efetuação de mundos possíveis (LAZZARATO, p.165).

Em outras palavras, as demandas e formas linguageiras do mundo vivido são apropriadas pelos sistemas de comunicação⁶ (no sentido geral da nova produção capitalista citada acima, incluindo o terceiro setor e a mídia, mas ampliando-a e engolindo-a), fazendo com que o sistema bombeie as formas semânticas e pragmáticas do mundo vivido para gerar saberes e conhecimentos na produção de valor.

Nesse contexto, a criação de resistência por parte dos movimentos sociais⁷ deve ser pensada não somente como contraponto ao sistema, mas como recusa do monolinguismo, como afirmação do plurilinguismo acontecimental; dito de outro modo, não apenas como atividades contra-hegemônicas, mas também como afirmação de outros mundos possíveis diante da lógica hegemônica.

Estudaremos neste texto o programa Bolsa Família a fim de pensar a possibilidade de ultrapassagem da dimensão assistencialista (levar o peixe ao faminto) na direção da emancipação (o faminto passa a pescar). O programa cria condições de emancipação? Examinaremos algumas reportagens da mídia semanal (não de modo exaustivo) durante 2006 de modo a verificar como são enunciados o assistencialismo e a possibilidade de emancipação ligados ao programa. E, finalmente, como se pode pensar essa relação entre sistema (gestores nos níveis federal, estadual e municipal) e mundo vivido (a potência

⁶ O sistema de comunicação aqui não se refere somente ao sistema marketing, mídia, publicidade e coligados, mas também à própria produção incorporada ao sistema comunicacional: hoje produzir um carro significa prestar um serviço de marca, vender um produto imaterial junto com o objeto-carro, ou seja, comprar um carro é comprar um signo de identidade, de pertinência a grupo, de vivência de consumo.

⁷ Mesmo considerando que os beneficiários do PBF são famílias, pensamos numa relação entre movimentos sociais, criando efeito de multidão, em sua relação com o Estado.

criadora da cultura das singularidades, da multidão) na apropriação do programa pela multidão.

2. O Programa Bolsa Família

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), “o Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades que beneficia famílias pobres e extremamente pobres”, com legislação própria, aprovada em 2004⁸. O programa foi criado no âmbito do Fome Zero, tendo em vista o alívio imediato da pobreza e a superação da fome, através da transferência direta de renda. No que diz respeito ao rompimento do ciclo de pobreza, o programa faz exigências do cumprimento de condicionalidades pelos beneficiados, relacionadas à saúde e educação da família: todas as crianças entre 06 e 15 anos devem estar matriculadas na escola e manter uma frequência escolar mínima de 85%; as gestantes precisam fazer pré-natal; nutrizes devem comparecer às consultas e atividades educativas no posto de saúde; e crianças menores de 07 anos têm que estar com o calendário de vacinação em dia. Outro pilar fundamental do programa é a descentralização da gestão com a articulação entre estados, municípios e sociedade civil. Desta maneira, configura-se uma arquitetura de políticas públicas integradas e intersetoriais.

Esta articulação é iniciada na esfera federal através do Conselho Gestor do programa⁹. Estados e Municípios são parceiros, cabendo aos primeiros a articulação com a agenda de desenvolvimento local e regional, ou seja, devem implementar as atividades complementares de maneira articulada às atividades de geração de emprego e renda e de apoio às atividades produtivas, bem como auxílio técnico e infra-estrutural para os municípios desenvolverem sua parte na parceria. A estes cabe o papel central do programa, em torno da indicação do gestor municipal e da constituição da instância de controle social. Isto é, o gestor municipal deve responder pela implantação e gestão do PBF; e a instância de controle social, constituída por conselho formado pela população e representantes do

⁸ Lei 10.836/04.

⁹ Fazem parte: ministros do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Educação, Saúde, Fazenda, Planejamento e Casa Civil, e o presidente da Caixa Econômica Federal.

governo¹⁰, tem a função de acompanhar e avaliar o funcionamento e desenvolvimento das ações do programa e fiscalizar a transparência e adequação das atividades.

O PBF tem por cerne associar o benefício ao acesso a direitos básicos. Além do acesso à saúde e à educação incluídas nas condicionalidades já explicitadas, o programa articula-se com ações de alimentação e assistência social dos municípios. Neste sentido não busca combater somente a miséria e a exclusão social como medida emergencial, mas também visa promover a emancipação das famílias mais pobres. Aqui se coloca o nó da questão quando o programa é discutido na mídia; em geral o PBF é considerado assistencialista, não permitindo a emancipação. Voltaremos a isso.

A cobrança por eficiência na gestão do programa é feita pelo MDS, através de um índice de gestão, e também por parte dos conselhos de controle, instâncias obrigatoriamente criadas a partir da assinatura do Termo de Adesão¹¹.

Algumas inovações conceituais foram tentadas no PBF: o conceito de família é entendido como a “unidade nuclear, eventualmente ampliada por pessoas que com ela possuam laços de parentesco ou *afinidade*, que forme um grupo doméstico e viva sob o mesmo teto, mantendo-se pela contribuição de seus membros” (MDS 2006a, p. 28, grifo nosso). Ao eliminar o critério de consangüinidade, expande-se o conceito para a inclusão, por exemplo, dos filhos de criação e outros entes agregados. No que diz respeito à renda, não há a necessidade de apresentação de qualquer tipo de comprovante, de modo que todo e qualquer rendimento da família entra no cálculo, exceto aquele montante vindo de outros programas do governo. A renda autodeclarada tem por objetivo eliminar entraves que poderiam impedir o recebimento do benefício.

3. O Programa Bolsa Família em *Veja*

Ao longo de 2005 e 2006, foram 08 reportagens em *Veja* mencionando o Programa Bolsa Família¹². Destas, o programa foi o assunto central em três matérias, objetos de análise neste artigo:

- a) Bolsa Família: Moeda Eleitoral ou Ajuda (destaque na capa da edição 1954, de 03/05/06);

¹⁰ Os conselhos ou comitês são paritários, compostos por representantes do governo, sociedade civil, e setores envolvidos no programa (saúde, educação, assistência social etc).

¹¹ A assinatura do Termo é condição para acesso aos recursos financeiros federais de apoio à gestão.

¹² Edições 1937, 1943, 1944, 1954, 1958, 1969, 1972 e 1984.

- b) Reféns do Assistencialismo (matéria interna à reportagem da capa sobre eleições, edição 1969, de 16/08/06);
- c) No Reino das Bananeiras (matéria sem relação com a capa, edição 1984, de 29/11/06).

Das três, a primeira é a que contém mais detalhes sobre o programa, com quadros explicativos e quadros exclusivos com opiniões de especialistas. É esta também a mais favorável ao PBF, a começar pelo subtítulo: “Com o Bolsa Família, Lula ganhou sua arma nas urnas. Eleitoreiro ou não, é inegável que o programa melhora a vida de milhões de brasileiros”. Se no início do texto é apresentada boa parte dos elogios, “quando se compara o programa brasileiro com o de outros países, fica claro que aqui o esforço é mais profundo” (idem,p.107), ao longo da matéria este tom vai sendo gradativamente alterado para finalizar naquilo que se propõe: há um uso eleitoreiro do programa.

A despeito de ser a mais positiva de todas analisadas, seu texto se assenta sobre dois eixos: (1) esforça-se por elogiar o governo anterior, numa espécie de desmerecimento dos avanços por ora reconhecidos e (2) já anuncia uma preocupação com o assistencialismo do programa, o que aparecerá com mais força nas reportagens posteriores.

No que diz respeito ao vínculo sempre favorável em relação ao outro governo, os valores positivos do PBF são construídos como decorrência de projetos predecessores: “o Bolsa Família conseguirá melhorar de forma efetiva a situação dos mais pobres, como fez o Plano Real de Fernando Henrique Cardoso?” (idem,p.108). Na seqüência, é reconhecido o avanço do programa, mas com ressalvas: “avanço que começou, registre-se, com a implantação do Bolsa Escola no governo de FHC” (idem,p.108).

Concernente ao segundo eixo da matéria, sobre as preocupações relativas ao assistencialismo, cita-se ora Luiz Gonzaga, ora um provérbio chinês: “Quem dá uma esmola a um homem que é são / ou lhe mata de vergonha / ou vicia o cidadão [...] Dê um peixe a um homem e você o alimenta por um dia. Ensine-o a pescar e você o alimentará para o resto da vida”(idem,p.108). Vale lembrar que as famílias beneficiadas têm renda mensal inferior a R\$120,00 per capita e benefícios variam de R\$15,00 a no máximo R\$95,00 por família por mês.

Com relação às condicionalidades e programas complementares do PBF, a reportagem é ambígua. Se por um lado critica a condicionalidade de frequência escolar por

considerar que com isso o PBF “chove no molhado ao exigir o que, de qualquer modo, já é cumprido” (idem,p.110), em seguida aponta como falha do programa a não exclusão do beneficiado pelo não cumprimento de tal exigência. Neste ponto é dado o encaminhamento final da primeira parte da matéria, na qual se conclui a tese inicial de que apesar de todas as qualidades, trata-se de um programa eleitoreiro: “no momento em que o governo se despreocupa com a fiscalização, permite concluir que o foco não é a melhoria da vida dos pobres, mas sim a vida eleitoral do presidente da República”(idem,p.110).

Na reportagem seguinte, “A Força Eleitoral, O Uso Eleitoreiro” (idem,p.110), a tese central é embasada nos resultados das pesquisas eleitorais, nas quais, segundo a Revista, há mais eleitores de Lula entre os beneficiados ou aqueles que conhecem algum beneficiado, no que na população de um modo geral. Nesta seqüência, o programa é assumido como assistencialista o que na primeira reportagem era uma hipótese a ser debatida: “a crescente associação que o eleitorado pobre faz entre o *programa assistencial* e o governo federal é resultado da expansão dos benefícios” (idem,p.111 grifo nosso).

Na matéria de agosto, o tom negativo acerca do PBF prenunciado em maio é predominante: “Refêns do Assistencialismo: Apesar de seu tremendo impacto, o Bolsa Família falha ao não abrir uma porta de saída da miséria” (edição 1969,p.60). Há também uma predisposição em contrapor os beneficiários do programa aos “brasileiros que trabalham e pagam impostos”, expressão que aparece três vezes nos dois primeiros parágrafos. Ao falar destes “brasileiros que trabalham e pagam impostos”, o texto elimina o papel do governo e da complexa política pública arquitetada, como se a transferência fosse direta dos que trabalham para aqueles que não têm emprego.

Além disso, sua estrutura é montada em defesa do ponto de vista de que o programa é assistencialista. Do total de municípios no país são analisados apenas três como se fosse uma amostra do universo, sendo que os dois problemáticos são apontados como regra e naquele onde o programa é bem-sucedido, estaria a exceção. Ou seja, não fica claro o critério de escolha dos municípios pelo enunciador, sendo que quantitativamente a amostra não é significativa e qualitativamente é tendenciosa, posto que foram escolhidos dois municípios com mau uso do programa e um com bom uso, apontado como desvio ao padrão.

No último artigo analisado da revista *Veja*, mais do que o PBF, o assunto central é o jogo oposição-governo e como o programa teria sido usado pela oposição para “jogar casca de banana no caminho do governo” (edição 1984,p.74). A tese é que ao aprovar uma espécie de décimo terceiro salário aos beneficiários para qual o governo não tem verbas disponíveis, deixa-se a este o encargo politicamente delicado de vetá-lo. À semelhança dos anteriores, neste texto o programa também aparece como assistencialista.

4. Empoderamento

As reportagens sobre o PBF afirmam majoritariamente que o programa é assistencialista por natureza, quer dizer, ele não leva os beneficiários a se emancipar e a sair da pobreza. O que significa emancipar-se da pobreza? Em geral a pobreza está ligada a um estado não apenas de falta de renda e de consumo, mas também de capacidade social de empoderamento (habilidades, voz para exigir e participar de seleções, respeito nos grupos sociais) (UNDP,2006). As políticas de combate à pobreza têm historicamente se caracterizado por práticas de clientelismo e promoção da dependência, especialmente através da personalização de favores entre figuras públicas locais e população vulnerável.

O PBF transfere renda para mais de 40 milhões de pessoas cujas famílias têm renda mensal inferior a R\$120,00 per capita, articulando-se com condicionalidades a serem cumpridas pelos beneficiados e ações complementares a serem desenvolvidas pelos governos locais.

Nas reportagens analisadas ficou claro um posicionamento duplo da revista: por um lado há um componente que ‘estraga’ o programa que é sua finalidade eleitoreira, embora todos os governos necessitem disso em sua comunicação institucional. Por outro lado, o assistencialismo é dito originário. A emancipação é construída nas reportagens como exceção, sendo citado apenas o caso do município Pedro II, no Piauí (edição 1969), no qual a prefeitura implementou cursos profissionalizantes como programa complementar ao PBF.

A questão primordial do PBF é, portanto, a da passagem do assistencialismo para a emancipação: como se trabalha no programa a passagem de uma situação de mal-estar (*illbeing*) para uma de bem-estar (*wellbeing*), ou seja, de um estado de falta para um estado de vida-bom ou de boa “qualidade de vida”? Ao estado de mal-estar ligado à miséria, em geral estão ligados: falta de empoderamento (*powerlessness*), falta material, doença e fraqueza física, insegurança. Ao estado do bem-estar estão ligados a liberdade de escolha e

ação (empoderamento), suficiência material, bem-estar físico e segurança. (CHAMBERS,2006).

Qual é o modelo de uma vida boa, de uma vida plena que deveria guiar essa emancipação? Ao redor de que modelos devemos lutar para mudar estados de vida? Esse “devemos”, dito no plural, se refere à população pobre ou a nós-enunciadores-analistas? Como pensar a saída da pobreza? Quem deve pensá-la? Defenderemos a posição de que o PBF deve somente criar as condições mínimas para a passagem para a vida boa e que a multidão e a população é que devem construir, nas singularidades específicas de cada localidade, nas brechas criadas pelo programa, a definição prática de “emancipação”.

No máximo, pode-se pensar sistemicamente aquilo que deve ser considerado para a construção do desenvolvimento humano (DH). Ranis, Stewart e Samman (2006) sugerem a seguinte concepção ampliada de DH:

- a) O próprio índice de DH que inclui saúde, educação e medida de renda
- b) Bem-estar mental
- c) Empoderamento
- d) Liberdade política
- e) Relações sociais
- f) Bem-estar na comunidade
- g) Desigualdades
- h) Condições de trabalho
- i) Condições de lazer
- j) Segurança política – liberdade frente a violência ou instabilidade políticas
- k) Segurança econômica – liberdade frente a flutuações econômicas
- l) Condições ambientais

Esse tipo de consideração amplia a compreensão do vetor rumo a um melhor estado de vida, do ponto de vista sistêmico. Assim, estaríamos saindo de uma situação em que só se considera medida da pobreza um parâmetro de renda (acima de um dólar diário). Peter Edward sugere a construção de linhas de pobreza que sejam construídas acima desse nível do 1 dólar diário (EDWARD,2006). Ele propõe uma *Ethical Poverty Line*, na qual estão relacionadas expectativa de vida e de renda. Não discutiremos esse aspecto técnico em detalhe.

É evidente que a emancipação não pode ser pensada fora das condições mínimas (éticas no dizer de Edward) de DH (incluindo as de renda mínima). Mas no PBF a saída do assistencialismo pode ser pensada a partir da atuação da instância de controle social, que deveria construir saídas comunitárias. Um bom exemplo é o projeto *Promoção de Inclusão Produtiva*, desenvolvido como programa complementar ao PBF, pela prefeitura de Aracaju (SE), com o acompanhamento do conselho local. Em linhas gerais, o projeto busca identificar, estimular e valorizar vocações, habilidades e potencialidades entre os beneficiários do PBF, de modo a promover oficinas de capacitação focadas nas potencialidades identificadas. O resultado foi a alfabetização de mais de 20% dos inscritos; reinserção no mercado de trabalho (24%); absorção como multiplicadores no próprio projeto (6%) e a abertura de negócios próprios, como a participante que abriu uma pequena lanchonete.

Propomos aqui pensar uma duplicação da instância de controle social: de um lado a construção sistêmica com a participação já descrita de técnicos de gestão e da população; de outro, a afluência da multidão, de modos variegados e criativos, para fazer chegar à instância as vozes multilinguajeadas do mundo da vida (evitando o monolinguismo). Esses aportes não devem ser pensados de modo representativo, para não destruir o afluxo criativo. Não há como planejar essa participação/transformação a partir da linguagem sistêmica, que deformaria todas as demandas de multidão. O paradoxo teórico é que ao se aproximar do sistema e ao colocar suas demandas em termos da lógica sistêmica a multidão se desfaz em população participante. É sempre a tensão viva entre multidão e população participativa que permite que a expressão da multidão enfrente o colonialismo da lógica sistêmica e seu processo comunicacional do marketing político, da publicidade eleitoral etc (a semiosfera de que falam alguns), de que tratamos na primeira parte desse artigo.

Boaventura Santos salienta a importância de examinar o fracasso do processo moderno de regulação/emancipação ao não incorporar o outro da modernidade européia. Nesse processo a desigualdade e a exclusão são dois “sistemas de pertença hierarquizada” (SANTOS,2006,p.280):

A desigualdade implica um sistema hierárquico de integração social. Quem está em baixo está dentro e a sua presença é indispensável. Ao contrário, a exclusão assenta num sistema igualmente hierárquico, mas dominado pelo princípio da segregação: pertence-se pela forma como se é excluído. Quem está em baixo, está fora (idem,p.280 e 282 parênteses nosso).

O PBF tenta atuar no eixo da desigualdade econômico-social, mas também no da exclusão, ao trabalhar, por exemplo, com a família num sentido ampliado e não somente com aquela mononuclear patriarcal. A questão é que a regulação social da modernidade capitalista apresenta uma contradição: por um lado, ela constitui processos que geram desigualdade e exclusão, por outro cria dispositivos para controlar e manter dentro de certos limites esses processos, impedindo situações extremas. Tais mecanismos visam “uma gestão controlada do sistema de desigualdade e de exclusão e, com isso, a redução das possibilidades de emancipação social às que são possíveis na vigência do capitalismo” (idem,p.282). Assim sendo, é possível pensar, como faz a mídia, que o programa é originariamente “assistencialista”, mas não pelas razões construídas pelas reportagens, que não examinam de perto essa conjunção entre sistemas de desigualdade e de exclusão, nem encaram seriamente os paradoxos da modernidade capitalista. Segundo Santos:

No que respeita à desigualdade, a função (do Estado capitalista moderno) consiste em manter a desigualdade dentro dos limites que não inviabilizem a integração subordinada, designada de inclusão social pelas políticas estatais. Os direitos sociais e econômicos universais, o rendimento mínimo de inserção social e as políticas compensatórias (“fome zero”, bolsa-escola, abono de família, assistência social) são os mecanismos modernos (muito diferentes entre si) para manter a desigualdade em níveis toleráveis. [...] No que respeita à exclusão, a função consiste em distinguir, entre as diferentes formas de exclusão, aquelas que devem ser objetos de assimilação ou, pelo contrário, objeto de segregação, expulsão ou extermínio (idem,p.285).

Nesse rumo, é preciso pensar dois eixos para enfrentamento da desigualdade: (1) efeitos de multidão devem chegar a grupos da população para que demandas do mundo vivido cheguem aos programas sistêmicos, como o bolsa família e, a partir dele, criem outros que não dependam do Estado para sobreviver; (2) que esses vetores na direção mundo vivido–sistema criem formas de socialização e de comunicação não subordinadas aos ditames sistêmicos de racionalidade estratégica (que gerem os processos comunicacionais da sociedade de controle de que falamos acima), criando mecanismos de inclusão de baixo para cima e não somente de cima para baixo. Só assim o PBF deixará de constituir a única forma de saída da condição de miséria total, criando formas variegadas socializadas de construção de políticas de identidade e de igualdade. De acordo com Santos,

sempre que estamos diante de diferenças não inferiorizadoras, a política da igualdade que as desconhece ou descaracteriza, converte-se contraditoriamente numa política de desigualdade [...] Sempre que estamos diante de diferenças não inferiorizadoras, uma política de igualdade genuína é a que permite articulação

horizontal entre identidades discrepantes e entre as diferenças em que elas assentam. Daí o novo meta-direito intercultural [...]: temos o direito de ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza (idem,p.313).

O processo de empoderamento multilingüístico deve assumir esse meta-direito intercultural, que, no entanto, não é fácil de constituir uma baliza para os movimentos sociais, na medida em que a direita política tem facilidade para lidar com as diferenças, conforme Pierucci (1999). O empoderamento deve concentrar-se nessa atenção para a concretização, em cada situação singular, do meta-direito intercultural. Isso se fará importante principalmente quando efeitos de multidão puderem tornar as demandas multifacetadas em demandas de grupos sociais diferenciados para atender aos requisitos da lógica sistêmica de equivalências, ou seja, quando as diferenças tiverem de ser tornadas equivalentes num banco de dados estatal que alimenta políticas públicas de diminuição das desigualdades e das exclusões. É nessa hora que as instâncias de controle, como as do PBF, terão de ancorar-se em efeitos de multidão para ampliar os benefícios do programa na direção de outros canais empoderadores e de redução da igualdade e da exclusão.

Defendemos, portanto, o argumento de que o PBF deva ser apropriado pela sociedade, especialmente pelos seus beneficiados, de modo que o programa se constituía de baixo pra cima ou de dentro pra fora, da multidão para a multidão, ao contrário de programas assistencialistas nos quais as populações são reféns de imposições.

Neste sentido, seu desenho sobre os pilares das condicionalidades, complementariedades e descentralização apresentam as condições para uma saída performativa do assistencialismo. Resta verificar em cada caso para qual lado a balança pesa localmente: emancipação ou assistencialismo.

5. Territorialidade

Falta ressaltar ainda o terceiro pilar constituinte do PBF: a descentralização. A face local do programa assume uma função basilar, tanto através dos governos locais por conta dos programas complementares, como por meio do gestor devido a sua responsabilidade de coordenação geral. Sob este aspecto, o embate entre assistencialismo x emancipação, ao

contrário do que faz parecer a mídia, é menos decorrência de práticas federais e mais das ações locais¹³.

Concernente à reflexão sobre o PBF interessa-nos uma abordagem de territorialidade como um campo de força (SOUZA,2002), definitivamente descolada e transcendente do território, acrescida da definição proposta por Raffestin: a territorialidade como reflexo da “multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral” (RAFFESTIN,1993,p.158). Quer dizer, a territorialidade é o *locus* do mundo da vida de Habermas, no qual “os participantes da interação iniciam e discutem suas operações interpretativas” (1997,p.489).

Por este viés, o conceito de lugar seria o espaço de manifestação da personalidade, a realidade intersubjetivamente construída; já o território seria acrescido das relações sociais; e, finalmente, a territorialidade seria o espaço do mundo da vida, no qual se manifestam personalidade, sociedade e cultura, ou seja, os três componentes estruturais do *Lebenswelt*.

Desta maneira, é na constituição das territorialidades que pode se dar o acontecimento e sua dimensão emancipatória propiciada pelo PBF, ao facultar à multidão produzir conhecimento, construir relações sociais e interferir diretamente na construção do desenvolvimento humano em sua concepção ampliada, como visto no item anterior.

6. Conclusão

Finalmente, cabe mencionar a impossibilidade de uma análise homogênea, como quer a mídia, dos municípios participantes do PBF. Com efeito, é demasiado superficial afirmá-lo assistencialista ou emancipatório *a priori*. As singularidades próprias da multidão emergem de modo que a balança penda para um lado ou para outro em cada territorialidade constituída a partir da gestão e participação da população no programa.

Os movimentos sociais devem enfrentar a lógica sistêmica a partir de processos de guerrilha, como aqueles das ocupações do MST e dos sem-teto, mas também criando vias multifacetadas (multivias) dentro de programas sistêmicos. Quanto mais houver empoderamento dos dizeres da multidão chegando às instâncias de controle, e quanto maior a potência da multidão em constituir a dimensão emancipatória da territorialidade, menos o programa será assistencialista.

¹³ Na relação com o sistema ‘local’ significa municipal; em termos de movimentos sociais e de intervenção da multidão e da população, ‘local’ significa as territorialidades passíveis de se manifestar no programa.

Em resumo: o PBF será assistencialista se não houver participação da população nas instâncias de controle e chegada dos efeitos de multidão nas próprias instâncias de controle. Esse território municipal em que se encontram a população e os técnicos do Estado, ao constituir-se territorialidade, traz efeitos de multidão, sendo a eclusa de que falava Habermas ao modelizar a relação entre sistema e mundo vivido (HABERMAS,1997; PRADO,2000). A questão é que essa “participação” não pode ser pensada sob o modelo da representatividade de setores da sociedade civil, mas deve incorporar as expressões singulares da multidão, para criar socialidades e territorialidades diferenciais que possam constituir máquinas de guerra deleuzianas (DELEUZE e GUATTARI,1997) contra os efeitos perversos das máquinas comunicacionais sistêmicas.

Referências

- BADIOU, A. **Para uma nova teoria do sujeito**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- CHAMBERS, R. “What is poverty? Who answers?”. In: UNDP (United Nations Development Programme). **Poverty in focus**. Brasília: december 2006.
- DELEUZE, G. **Conversações**. Rio de Janeiro: 34 Letras, 1992.
- DELEUZE, G. e GUATTARI, F. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia (vol. 5)**. São Paulo: ed. 34, 1997.
- EDWARD, Peter. “The ethical poverty line: a moral definition of absolute poverty”. In: UNDP (United Nations Development Programme). **Poverty in focus**. Brasília: december 2006.
- GORZ, A. **O Imaterial: Conhecimento, Valor e Capital**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HABERMAS, J. **Teoría de la Acción Comunicativa: Complementos y Estudios Previos**. Madri: Cátedra, 1987.
- _____. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1997.
- LAZZARATO, M. **As revoluções do capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MDS. **Programa Bolsa Família: Guia do Gestor**. Brasília: 2006. (a)
- _____. **Seminário Internacional. Bolsa Família: 2 Anos Superando a Fome e a Pobreza no Brasil**. Brasília: 2006. (b)
- MOASSAB, A. **Pelas Fissuras da Cidade: Configurações, Composições e Intervenções**. Dissertação de Mestrado, São Paulo: PUCSP, 2003.
- NEGRI, A. **5 lições sobre o Império**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- NEGRI, A e HARDT, M. **Multidão: Guerra e Democracia na Era do Império**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- OLTRAMARI, A. “No Reino das Bananeiras”. In: **Revista Veja**, edição 1984, de 27/11/06, pp. 74-75.
- _____. “Reféns do Assistencialismo”. In: **Revista Veja**, edição 1969, de 16/08/06, pp.60-61.
- PERES, L. “A Moeda Eleitoral de Lula”. In: **Revista Veja**, edição 1954, de 03/05/07, pp. 106-111.
- PIERUCCI, A. **Ciladas da diferença**. Rio de Janeiro: ed. 34.

PRADO, J.L.A. “Teoria da comunicação e discurso sobre a globalização: crítica ou marketing?”. In: Ianni, O., Dowbor L. e outros. **Desafios da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. “A construção da violência em *Veja*”. In: **DeSignis**, vol. 1, nº 2, abr./2002, Barcelona: Gedisa, pp. 259-272.

_____. “O perfil dos vencedores em *Veja*”. In: **Revista Fronteiras**, vol. V, nº 2, São Leopoldo: 2003, pp. 77-96.

_____. “The construction of the Other in a brazilian weekly magazine”, in *Brazilian Journalism Research*, vol.1, nº2. Brasília: SBPJor, 2005. (b)

_____. “Regimes cognitivos e estésicos da era comunicacional: da invisibilidade de práticas à sociologia das ausências”. In: **Comunicação, mídia e consumo**. São Paulo: revista da ESPM, 2006.

_____. “As narrativas do corpo saudável na era da Grande Saúde”. In: **Anais do IV Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo** (CD). Porto Alegre: SBPJor, 2006.

PRADO, J.L.A e CAZELOTO, E. “Valor e comunicação no capitalismo globalizado”. In: **e-Compós**, revista eletrônica Compós, nº 6, set./2006. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/e%2Dcompos/>> Texto originalmente apresentado na Compós 2006, no GT Estudos de Sociabilidade. Bauru: Unesp, 2006.

PRADO, J.L.A.e DUNKER, C. **Žižek Crítico**. São Paulo: Hacker, 2005.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RANIS, G., STEWART F. e SAMMAN, E. “Human Development: beyond the HDI”. In: UNDP (United Nations Development Programme). **Poverty in focus**. Brasília: december 2006.

SANTOS, B. **A Gramática do Tempo**. São Paulo: Cortez, 2006.

SOUZA, M. **Mudar a Cidade: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

UNDP (United Nations Development Programme). **Poverty in focus**. Brasília: december 2006.

VIRNO, P. **A grammar of the multitude**. Nova York: Semiotext(e), 2004.

WEISSHEIMER, M. **Bolsa Família: Avanços, Limites e Possibilidades do Programa que Está Transformando a Vida de Milhões de Famílias no Brasil**. São Paulo: ed. Fundação Perseu Abramo, 2006.

Páginas Eletrônicas

| | |
|--|---|
| www.fomezero.gov.br | Programa Fome Zero |
| www.mds.gov.br | Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome |
| www.senado.gov.br | Senado Federal |